

Desafios da transição agroecológica e a necessidade de políticas públicas efetivas: um estudo de caso com agricultores familiares assentados do Oeste de Santa Catarina

Challenges of the Agroecological Transition and the need for effective Public Policies: a case study with Settled Family Farmers in Western Santa Catarina

KLEMANN, Maurício Zinn¹; BURG, Ines Claudete²

¹Universidade Federal da Fronteira Sul, mauricioklemann@gmail.com; ² Universidade Federal da Fronteira Sul, inesburg@uffs.edu.br

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O período da transição agroecológica representa, na prática, o aporte de inestimáveis desafios ao cotidiano da família agricultora interessada na certificação. Compreender a dinâmica e ocorrência destes desafios e seus efeitos no cotidiano torna-os previsíveis para estudo de estratégias de superação proporcionando a eficiência do processo de certificação orgânica e agroecológica. Adotado o método exploratório foi iniciada a busca por dados qualitativos através de entrevistas realizadas com auxílio de um questionário semiestruturado elaborado previamente. Constatou-se em suma, desafios de caráter técnico que podem ser superados através da promoção do acesso ao conhecimento qualificado, seja oriundo da ATER efetiva e extensão universitária em via de mão dupla. Imerso na subjetividade, notou-se a tendência dos produtores de orgânicos a convencionalização da agricultura orgânica.

Palavras-chave: certificação orgânica; ATER; reforma agrária.

Introdução

As motivações que levam uma família agricultora a produzir alimentos orgânicos alinhados aos princípios agroecológicos, podem decorrer de incentivos dos movimentos sociais que indicam sua função com a sociedade e com o planeta de produzir alimentos, mas também cuidar da natureza (ZAREFF, 2018). O estágio almejado após a decisão, é a transição agroecológica, que acrescenta no cotidiano das famílias agricultoras desafios de caráter principalmente técnico. Em contrapartida, existe nos espaços científicos das academias e instituições de pesquisa o conhecimento capaz de proporcionar as transformações sociais e técnicas necessárias, através da interação via extensão universitária em via de mão dupla (BASNIAK, 2018). Entretanto, a ausência do conhecimento no território ocasiona circunstâncias que afetam a transição agroecológica, de modo a aumentar o período da transição e até promover a desistência das famílias agricultoras em obter a certificação (PINHEIRO, 2012).

Compreender a perspectiva da problemática existente na perspectiva das famílias agricultoras, foi o objetivo desta pesquisa. Dessa forma, buscou-se dados



qualitativos capazes de traduzir a realidade das famílias agricultoras inseridas em grupos informais, durante os processos de transição agroecológica. A pesquisa exploratória, que visava obtenção de dados detalhados dos desafios inerentes transição agroecológica, foi realizada com base em entrevistas guiadas por um questionário semiestruturado.

Através dos dados da pesquisa, espera-se contribuir na elaboração de políticas públicas efetivas para tornar o período da transição mais participativo e o processo de certificação orgânica eficiente de modo que os desafios identificados no presente estudo contribuam na superação de adversidades da trajetória de famílias agricultoras em grupos de agroecologia e em transição agroecológica de outros territórios.

Metodologia

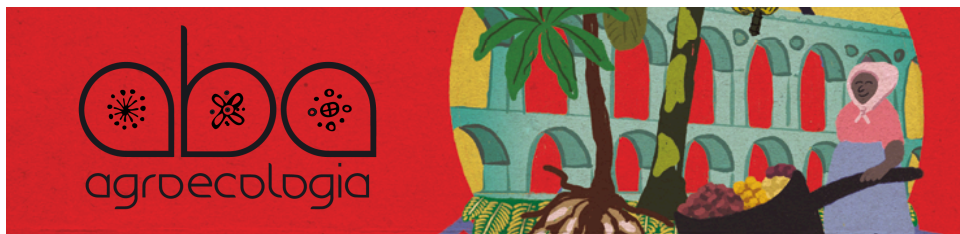
O estudo de caso foi conduzido com nove agricultores assentados de cinco diferentes municípios da região Oeste de Santa Catarina, pertencentes a grupos informais de agroecologia e inseridos no período de transição agroecológica. A metodologia foi elaborada a partir de Gerhardt & Silveira (2009). As entrevistas guiadas por questionário semiestruturado, foram realizadas de forma presencial no ano de 2022 e aconteceram durante os encontros dos grupos informais de agroecologia nos assentamentos com o objetivo de obter dados qualitativos relacionados com as motivações e desafios que afetam a certificação orgânica e as dificuldades que surgem durante o período de transição.

A viabilidade técnica da execução do trabalho se deu a partir de uma cooperação com a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina – CCA/SC que realiza serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) junto aos grupos informais de agroecologia e se dispôs em contribuir com o deslocamento deste pesquisador até os assentamentos. O formato de apresentação dos dados obtidos foi elaborado de modo a tornar visível o nível de ocorrência dos desafios dos agricultores e facilitar a síntese e discussão dos resultados.

Resultados e Discussão

Na indagação relativa às dificuldades encontradas durante o período da transição agroecológica, as famílias agricultoras relataram os problemas expressos na Figura 1. Em geral, os problemas presentes nas Unidades de Produção da Agricultura Familiar (UPAF) podem ser caracterizados como problemas internos ou externos à unidade. Entende-se por problemas internos à UPAF, todos aqueles que possuem sua origem na própria UPAF, em suma caráter técnico que demandam a atuação propositiva do estado. Os problemas externos são aqueles que são adversidades que tem sua origem fora da UPAF.

Os problemas (1) e (2) expressam sua recorrência no Brasil, que é evidenciado ao observar o histórico da IN 64/2008, que foi a primeira Instrução Normativa a



estabelecer critérios sobre o uso destes insumos, que acabaram sendo flexibilizados via nota técnica e instruções normativas posteriores após a constatação da indisponibilidade dos insumos de fontes agroecológicas nos anos seguintes. Atualmente, a IN N° 52/2021 mantém a flexibilização e com a portaria N° 404/2022 estabelece novo prazo de cinco anos até a proibição definitiva sobre o uso de insumos convencionais. A superação da falta de sementes e mudas orgânicas pode ocorrer através do estímulo à participação do setor produtor de sementes. Santos (2016), constatou que é possível para empresas produtoras de sementes convencionais incluírem a produção de sementes orgânicas, desde que haja uma demanda constante, com volume compatível com os custos dos investimentos necessários, e preço pago na semente conciliável aos custos.

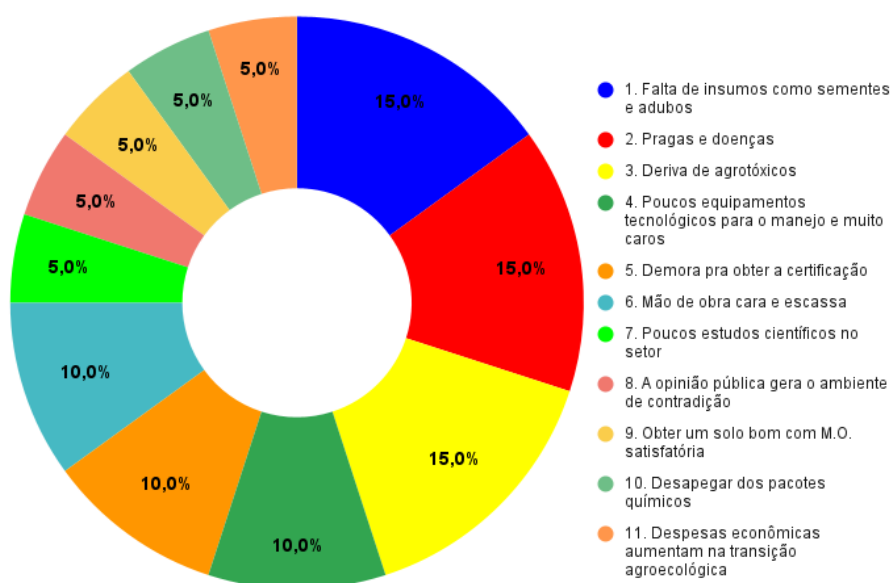


Figura 1: Dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras durante o período de transição agroecológica

A falta de adubos (1) orgânicos pode ser superada através das práticas agroecológicas que são sugeridas na IN 52, que versa nos incisos XII e XVII que as unidades de produção orgânica (UPO) sejam estimuladas a integrar os sistemas produtivos promovendo a interação da produção animal e vegetal para que alcancem a autonomia na produção dos próprios adubos e assim reduzir a dependência de insumos externos. Existem inúmeros estudos elaborados no campo da agroecologia e da produção orgânica. No entanto, embora as pesquisas realizadas em sua maioria estejam disponíveis à sociedade em geral graças ao acesso livre e virtual, a população em geral não faz uso desse conhecimento, ao menos não de forma direta BASNIAK *et al.*, 2018).

Os anexos da IN 52 estabelecem substâncias e práticas autorizadas para o manejo e controle de pragas e doenças nos vegetais (Problema 2), tratamento de madeira e tratamentos no pós-colheita nos sistemas orgânicos de produção (MAPA, 2021). A recorrência nas respostas dos agricultores demonstra mais que o fato deste tipo de problema, demonstra que existem dificuldades de conhecimento sobre os insumos



autorizados e de acesso aos insumos autorizados pela IN nas suas regiões, muitas vezes distantes.

Nos problemas (1), (2) e (10), está explícita a lógica do consumismo da sociedade contemporânea em que se busca na agricultora orgânica a solução de problemas no consumo e aquisição de algum produto. Tal lógica é definida através do conceito de convencionalização da agricultura orgânica, elucidada por Buck *et al.*, em 1997, na Califórnia, relaciona a substituição de práticas ecológicas pela utilização de máquinas, insumos, mercadorias e serviços externos, de forma similar a mercantilização da agricultura convencional (BUCK *et al.*, 1997 apud PARRA FILHO *et al.*, 2018). É importante frisar aqui que a crítica exposta questiona a recorrente dependência de insumos que podem ser produzidos nas próprias UPO, através de tecnologias e saberes qualificados existentes, para melhorar a eficiência e resultados do trabalho.

O problema da deriva de agrotóxicos (3) está na maioria das respostas com 15% de ocorrência, e é considerada um dos maiores problemas da agricultura (CUNHA, 2008). A IN 52 recomenda o uso de barreiras, áreas de amortecimento ou outra medida eficiente para prevenir contaminação da produção orgânica, mediante prévia aprovação do OAC ou OCS. No entanto, essa proteção nem sempre é eficiente e penaliza unilateralmente de modo que quem contamina não é responsabilizado, e a carga de proteção fica com os agricultores orgânicos.

Os problemas (4) e (6) sinalizam a importância de meios para melhorar a eficiência do trabalho do campo, reduzindo a demanda de mão-de-obra, com tecnologias de mecanização e a promoção do acesso a linhas de crédito específicas. Aquino *et al.*, (2021) constataram que financiamentos de base ecológica apresentam pouca adesão, e apontam como causa disso a burocratização da tomada de empréstimos pela falta de tradição, e o pouco entendimento das instituições financeiras, além de fatores agravantes da baixa adesão ao programa, a falta de divulgação e de conhecimento dos agricultores sobre as linhas de crédito rural diferenciadas, a carência de assistência técnica especializada em projetos de base ecológica, os problemas de operacionalização locais e custos elevados para certificação auditada.

A demora na obtenção do processo de certificação (5) apontada como dificuldade, é recorrente. Pinheiro (2012) observou que a falta de clareza em relação aos aspectos legais exigidos nas legislações orgânicas leva as UPOs estudadas a não cumprirem a totalidade dos requisitos elevando o tempo médio para a obtenção da certificação para cinco anos. No estudo da autora, foram encontradas UPO fazendo o uso das técnicas de produção orgânica há mais de 10 anos, ainda sem certificação.

Alguns respondentes relataram que existem poucos estudos científicos no setor (7). A dificuldade relatada dialoga com as dificuldades em se obter um teor de MO no solo (9). Basniak *et al.* (2018), através de seu estudo, reconhece a universidade como a principal responsável pela produção científica por concentrar a maioria dos pesquisadores responsáveis por novas pesquisas, ou seja, existe conhecimento científico capaz de proporcionar a superação dos desafios da comunidade de



agricultores e de toda sociedade. Entretanto, a autora conclui que na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é falha, especialmente, no que compreende a extensão, sendo esta praticada em uma via de mão única, que demanda meios para avançar no modelo de extensão praticado e assim contribuir com a sociedade e com a formação de novos pesquisadores e professores.

Enfrentar a opinião pública e o ambiente de contradições (8) sinaliza a necessidade para o êxito no processo de certificação mais do que a simples tomada de consciência; é necessária a participação a um grupo ou organização que permita ao agricultor perceber a agroecologia como socialmente válida, como uma realidade possível (BAUER, MESQUITA, 2008).

Conclusões

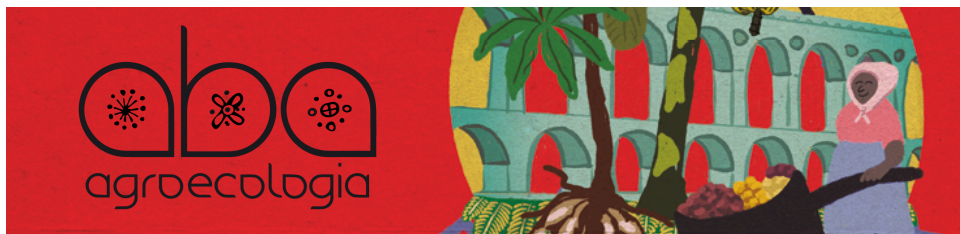
O período da transição agroecológica é o momento em que as famílias agricultoras se deparam com os principais desafios que podem interferir nos avanços das etapas até a obtenção da certificação orgânica. Analisando os problemas relatados, nota-se que as famílias agricultoras precisam ser assistidas e orientadas durante esta etapa por profissionais capacitados de modo que haja uma influência propositiva, e deste modo, possibilitar acesso ao conhecimento qualificado na superação dos desafios encontrados. Favorecer o entendimento da legislação de modo simplificado e planejar coletivamente as etapas da transição com assistência adequada tende a fortalecer as motivações das famílias em certificar a produção orgânica. Políticas públicas de ATER associadas a ações de extensão universitária podem, além de contribuir com a superação dos problemas indicados e eficiência na certificação, contribuir também na visão do agricultor sobre a produção orgânica certificada como socialmente válida e como uma realidade possível.

Referências bibliográficas

AQUINO, Joacir R. de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I Planapo. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, jan. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572966561010>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BASNIAK, Maria I.; ALMEIDA, Antônio C. S.; SILVA, Sani de C. R. da. Universidade e sociedade: diálogos silenciados. **Revista Lusófona de Educação**, [S.L.], n. 39, p. 147-159, mar/2018. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. <http://dx.doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle39.10>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6390>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BAUER, Márcio A. L.; MESQUITA, Zilá. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 48, n. 3, p. 23-34, set. 2008. Fap/UNIFESP (SciELO).



<http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75902008000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/8dhWctTNBYDRc45ZYYJXTGf/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CUNHA, João P. A. R. da. Simulação da deriva de agrotóxicos em diferentes condições de pulverização. **Ciência e Agrotecnologia**, [S.L.], v. 32, n. 5, p. 1616-1621, out. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-70542008000500039>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cagro/a/NTGKZQsrSFvBjY57fDNQdyL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2023.

GERHARDT, Tatiana E. ; SILVEIRA, Denise T. (orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre/RS, UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. 121 p., 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>, acesso em: 11 julho 2023;

MAPA. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. **Portaria Mapa Nº 52, de 15 de março de 2021**. Brasília, DF, Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/PORTARIA_MAPA_N_52.2021_ALTERADA_PELA_PORTARIA_MAPA_N_404.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

PARRA FILHO, Antonio C. M.; NORDER, Luiz A. C.; JOVCHELEVICH, Pedro; KINJO, Sakae. A Convencionalização na Produção de Sementes na Agricultura Orgânica Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 56, n. 4, p. 565-582, out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560402>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560402>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PINHEIRO, Keren H. **Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná., Ponta Grossa, 2012. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/582/1/PG_PPGE_M_Pinheiro%2c%20Keren%20Hapuque_%202012.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

SANTOS, Márcio R. dos. **Produção e comercialização de sementes orgânicas para olericultura: um estudo no Brasil**. 2016. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158592>. Acesso em: 02 jan. 2023.

ZAREFF, Luiz. (org.). **Agroecologia e o MST: Quando o MST surge e elabora suas primeiras definições, reconhecendo o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna**. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 02 nov. 2022.